

Processo de seleção

TERMOS DE REFERÊNCIA

A operação permitirá a preparação de projetos de PPP em sector de água, esgoto y resíduos sólidos em estado de Minas Gerais. Assim, o conteúdo dos estudos de estruturação deverá ser proposto para cada projeto elegível.

1. Histórico e Justificativas

- 1.1. Em 2020, o BID aprovou a Cooperação Técnica [xxx] cujo objetivo é mobilizar o investimento privado em infraestrutura pública para fornecer melhores serviços de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos nos municípios de Minas Gerais, quando e se a participação privada em qualquer projeto de investimento específico demonstrar capacidade de agregar valor a usuários, governos e investidores.
- 1.2. Nesse sentido, houve o interesse do município [xxx] de acessar o apoio do BDMG para implementação do projeto [xxxx]

2. Descrição do projeto

- 2.1. [xxx].

3. Objetivos

- 3.1. O objetivo geral do projeto é promover a [xxx]
- 3.2. Para promover o objetivo geral, os seguintes objetivos específicos deverão ser perseguidos:
 - Identificar e validar o melhor arranjo jurídico-regulatório-institucional a partir da modalidade de concessão definida.
 - Identificar a melhor concepção técnica para aprimorar a qualidade dos SERVIÇOS
 - Estruturar o PROJETO com práticas consolidadas pelo mercado financeiro para que o PROJETO seja financiável.

- Elaborar os documentos necessários à contratação do Verificador Independente, responsável por aferir os indicadores de qualidade e desempenho da concessão a ser assinada.
- Avaliar e indicar, caso viável, a implantação de mecanismos para a recuperação de passivos ambientais;
- Aumentar a eficiência da prestação de serviços;
- A modernização da infraestrutura existente;
- Aumento da confiabilidade da infraestrutura.

4. Escopo de Serviços

- 4.1.** Para alcançar o objetivo geral, a CONTRATADA deverá realizar estudos para a estruturação de projeto de forma a promover investimentos, gestão e execução do [xxx].
- 4.2.** Os SERVIÇOS TÉCNICOS, objeto deste Termo de Referência, consistem em um conjunto amplo de serviços a serem prestados pela CONTRATADA, como o levantamento de dados e informações, avaliação, estruturação da modelagem, assessoria, participações em reuniões em todas as fases do projeto com todas as partes interessadas envolvidas consultas públicas e audiências públicas para esclarecimentos, acompanhamento do andamento dos trabalhos.
- 4.3.** No âmbito da execução dos SERVIÇOS TÉCNICOS, a CONTRATADA será responsável por todas as atividades previstas no escopo deste Termo de Referência, com vistas à elaboração dos PRODUTOS necessários para o cumprimento das FASES de estruturação, sucesso da licitação e adjudicação do PROJETO

5. Principais Atividades

- 5.1.** Os serviços de Consultoria Técnica Especializada descritos neste Termo de Referência referem-se aos serviços necessários para a Estruturação Completa de Concessão abrangendo os aspectos técnicos de engenharia, econômico-financeiro, jurídico-regulatório-institucional e socioambiental na elaboração de projetos, laudos, pareceres, relatórios e informações nas seguintes FASES:
- Fase 1 - Avaliação do Projeto;
 - Fase 2 - Estruturação do contrato;
 - Fase 3 - Validação Externa (Consulta Pública e Órgãos de Controle); e

- Fase 4 - Licitação e Contratação.

5.2. FASE 1 - AVALIAÇÃO DO PROJETO

5.2.1. Esta fase corresponde ao desenvolvimento dos estudos a partir de informações levantadas e disponibilizadas pelo ENTE PÚBLICO e obtidas pela CONTRATADA, com o levantamento das principais condicionantes. A avaliação do projeto compreende ainda a elaboração de estudos técnicos multidisciplinares que visam avaliar a viabilidade do projeto e caracterizar o PROJETO, de acordo com os serviços apresentados abaixo

5.2.2. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO OPERACIONAL

5.2.2.1. O levantamento da situação operacional inclui o levantamento das seguintes informações referentes à situação atual dos ativos (suas condições atuais, área de abrangência, cobertura, licenças), levantamentos, projetos, pessoal, custos atuais de operação e manutenção, dentre outras que se mostrem necessárias para subsidiar de forma efetiva o desenvolvimento dos serviços subsequentes.

5.2.2.2. Análise de informações financeiras, incluindo detalhes sobre a receitas e despesas associadas a prestação de serviços.

5.2.2.3. Análise do modelo operacional da infraestrutura existente;

5.2.2.4. Existência de passivos de qualquer ordem;

5.2.2.5. Existência de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Órgãos estaduais de controle;

5.2.2.6. Estudos populacionais e previsão de atendimento ao aumento de demanda

5.2.2.7. Qualidade dos serviços prestados aos usuários;

5.2.2.8. Detalhamento do quadro de pessoal, manutenção e administrativo;

5.2.3. Estudo de disponibilidade a pagar e capacidade a pagar;

5.2.4. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO FISCAL

5.2.4.1. Consiste na análise das condições fiscais/financeiras do ENTE PÚBLICO que se responsabilizaria pelos compromissos diretos ou contingentes fruto do Contrato de PPP/Concessão. Esta avaliação poderá ser feita, com base nas

demonstrações financeiras ou contábeis (resultado nominal, dívida líquida, receita corrente líquida, etc.) e demais documentos necessários para a referida análise. Esta análise deverá incluir, conforme o caso:

- Desenvolvimento de estudos de responsabilidade e impacto fiscal;
- Avaliação do percentual de comprometimento da receita corrente líquida do ENTE PÚBLICO;
- Avaliação dos impactos do projeto no DRE e/ou balanço patrimonial da Entidade Pública;
- Análise da situação de taxas e/ou tarifas e contribuições relacionadas ao serviço;
- Elaboração de estudo técnico que demonstre que as despesas criadas ou aumentadas não afetarão as metas de resultados fiscais dos municípios previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Avaliação da alternativa de realizar aportes ou obter financiamento para garantir tais aportes previstos no contrato;

5.2.4.2. O produto resultante dos serviços de análise da situação fiscal será o relatório de avaliação geral da situação fiscal do ENTE PÚBLICO que contemplará informações referentes ao comprometimento da receita corrente líquida, taxas e outros recursos relacionados ao serviço a ser concedido bem como considerações referentes a viabilidade do projeto.

5.2.5. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO LEGAL

5.2.5.1. Consiste na análise a respeito do panorama legal aplicável ao objeto da concessão, com objetivo de reunir informações para subsidiar a viabilidade do PROJETO, inclusive quanto aos aspectos da sua licitação e contratação, e identificação das limitações legais e fiscais que condicionem o seu desenvolvimento:

- Avaliação do quadro jurídico, institucional e regulatório aplicado às concessões (como, por exemplo, a Legislação, o Programa de Parcerias e o Conselho Gestor de Parcerias entre outros);
- Verificação da existência de marco legal de criação do Programa de Concessões, bem como de Unidade Gestora de Concessões no município;

- Avaliação dos aspectos legais no tocante à legislação material associada ao serviço ou à infraestrutura, questões ambientais, fundiárias, urbanísticas, etc.;
- Avaliação preliminar do desenho e estruturação do modelo jurídico;
- Análise jurídica das competências municipais para a concessão dos serviços;
- Levantamento do arcabouço regulatório do ponto de vista tributário, ambiental, urbanístico, entre outros;
- Mapeamento das opções que o ENTE PÚBLICO possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;
- Indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como contratos, convênios de cooperação, contrato de programa, etc.
- Análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais do ENTE PÚBLICO que condicionam a publicação de editais de licitação; e
- Verificação de marcos legais que possam impactar nos empreendimentos em questão.

5.2.5.2. O produto resultante dos serviços de análise da situação legal será um relatório de análise dos atos normativos e aspectos jurídicos relacionados ao PROJETO avaliando condições para sua viabilidade.

5.2.6. COMUNICAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E ENGAJAMENTO COM STAKEHOLDERS

5.2.6.1. Consiste nas atividades relacionadas à comunicação social relacionada ao PROJETO, envolvendo transparência e engajamento com stakeholders. Envolve a elaboração do Plano de Engajamento com stakeholders e Comunicação Social, inclusive a identificação dos públicos de interesse (todos os atores, agrupamentos sociais que possam exercer influência sobre o projeto, positiva ou negativamente). Após a identificação, deverá ser feito o diagnóstico de posicionamento e a proposição de ações de comunicação com os diversos segmentos, a fim de mitigar riscos à operação e promover o engajamento dos públicos envolvidos e fomentar a participação social. Neste momento também está previsto o início das atividades sob responsabilidade do ENTE PÚBLICO voltadas para a comunicação e engajamento da comunidade e a preparação dos Roadshows. Dentre as atividades previstas estão:

- Identificação de públicos de interesse contemplando todos os atores, agrupamentos sociais que possam ter influência sobre o projeto inclui

diagnóstico de posicionamento;

- Proposta de ações de comunicação com diversos segmentos a fim de mitigar riscos a operação e promover engajamento dos públicos envolvidos e da participação social;
- Estratégia de gerenciamento e controle de crises;
- Pesquisa social para elaboração de diagnóstico com foco na viabilidade social da operação e elaboração do plano de engajamento com stakeholders e comunicação social;
- Mapeamento e seleção de canais de comunicação;
- Monitoramento de stakeholders e ações de engajamento/comunicação;
- Identificação da equipe do ENTE PÚBLICO envolvida e suas respectivas responsabilidades no PROJETO;
- Elaboração de plano de comunicação de modo a responder adequadamente e em tempo hábil a quaisquer questões que possam surgir na preparação do PROJETO; e
- Outras atividades relacionadas.

5.2.6.2. O produto resultante dos serviços de comunicação, transparência e engajamento de stakeholders será um Plano de engajamento com stakeholders e comunicação social. Ao final de cada fase deverá ser entregue ainda um relatório de monitoramento de stakeholders que reunirá todos os relatórios parciais de monitoramento emitidos e avaliará as ações de engajamento realizadas e necessárias.

5.2.7. ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS

5.2.7.1. Consiste na avaliação dos aspectos sociais e ambientais que podem ter impacto no PROJETO, bem como planos para mitigação de riscos relacionados:

- Verificação e avaliação do impacto ambiental da infraestrutura
- Análise de regularidade de licenciamento ambiental;
- identificação do passivo ambiental fruto da infraestrutura a ser implantada

- Avaliação dos impactos e riscos ambientais e sociais associados
- Levantamento de Diretrizes do Licenciamento Ambiental;
- Levantamento de Licenças, Outorgas e Autorizações existentes e necessárias;
- Estudos da necessidade de Supressão de vegetação e medidas de compensação;
- Avaliação da intervenção quanto à Intervenção em áreas de preservação permanente ou áreas protegidas;
- Avaliação de Uso e/ou interferência de recurso hídrico;
- Desenvolvimento da descrição do projeto, diagnóstico e prognóstico ambiental bem como medidas mitigadoras e compensatórias;
- Orçamento das intervenções de mitigação de impactos ambientais e medidas previstas como possíveis intervenções condicionantes ao licenciamento socioambiental;
- Análise geral da execução do projeto sob aspectos socioambientais;
- Não faz parte do escopo da CONTRATADA a obtenção de licenças ambientais, outorgas, autorizações e demais documentos junto aos órgãos ambientais competentes.

5.2.7.2. O produto resultante dos estudos socioambientais realizados será compilado no Relatório Socioambiental.

5.2.8. ESTUDOS DE ENGENHARIA E AFINS

5.2.8.1. Consiste na avaliação técnica de engenharia quanto aos itens que podem ter impacto no PROJETO, bem como elaboração dos estudos necessários para estruturação do PROJETO:

- Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total;
- Definição das especificações mínimas para todas as instalações e serviços a serem prestados;
- Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação dos serviços

a serem concessionados. A projeção será realizada considerando todo o período definido para concessão e deverá ser acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas no cálculo.

- Identificação e análise dos riscos do projeto, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais;
- Elaboração de cronogramas físicos de execução de obras;
- Estimativa de custos de investimento e operação (CAPEX e OPEX);
- Descrição da matriz de responsabilidades no contexto de uma concessão.
- Descritivo de possíveis receitas alternativas, complementares ou acessórias geradas por meio de atividades complementares àquelas do objeto da concessão;
- Elaboração de conjunto de parâmetros e obrigações mínimas que garantam que a concessionária implementará o projeto com o nível de serviço adequado, realizará os investimentos necessários e atenderá as diretrizes específicas do ENTE PÚBLICO, observando as recomendações de normas e padrões técnicos a serem observados no caderno de encargos.
- Estruturação de Plano de Operação e Conservação/Manutenção da infraestrutura implantada. Deverão ser previstas e orçadas todas as intervenções julgadas necessárias para que as condições operacionais dos serviços concessionados mantenham-se adequadas por toda a vigência da concessão.

5.2.8.2. Os estudos de engenharia deverão ter, no mínimo, nível de detalhamento de anteprojeto de engenharia, sendo que o nível de aprofundamento dependerá da natureza e complexidade do PROJETO e da modalidade de concessão indicada, contendo todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a realização de processo licitatório;

5.2.8.3. O produto dos serviços de engenharia e atividades afins será o relatório de engenharia, acompanhado do projeto de engenharia e um caderno de especificação de aspectos técnicos a serem observados no caderno de encargos.

5.2.9. ESTUDOS DE INTERESSE DO MERCADO

5.2.9.1. Consiste na verificação de interesse do mercado no PROJETO, incluindo:

- Realização de Market Sounding envolvendo comunicação de informações antes do anúncio da transação, a fim de avaliar o interesse de potenciais investidores em uma transação possível, e as condições relacionadas a ela, como tamanho potencial ou preço, a um ou mais potenciais investidores;
- Assessoramento à CONTRATANTE na promoção do projeto para potenciais investidores por meio de Roadshows iniciais a fim de capturar percepções do mercado;
- Elaboração de pesquisa de atratividade de mercado;
- Análises de Benchmarking;

5.2.9.2. O produto dos serviços estudo de interesse do mercado e estudo de demanda de usuários será Relatório dos Road Shows iniciais realizados, Relatório de estudos de demanda atual e projeção de demanda pelo período de concessão, Relatório de receitas potenciais e Relatório de atratividade ao mercado e Potenciais Licitantes.

5.2.10. MODELAGEM ECONÔMICA FINANCEIRA

5.2.10.1. Este serviço corresponde à estruturação do projeto para determinar sua viabilidade econômica e financeira a partir de análises do projeto que considerem aspectos técnicos de engenharia, socioambientais, jurídicos e econômico-financeiros.

5.2.10.2. Caderno de investimentos considerando:

- O cronograma físico-financeiro dos investimentos, por etapa e fase de implementação, incluindo prazos estimados para obtenção de licenças;
- Projeção de investimentos para cada um dos serviços a serem concessionados suficientemente detalhada para que seja possível a construção de um modelo econômico-financeiro.
- Estimativa da Taxa Interna de Retorno dos Acionistas requerida para a viabilidade comercial e seu impacto na Taxa interna de Retorno do Projeto.
- Estudos de modelo de financiamento e estrutura de capital:
- Estrutura de capital;

- Capital de giro
- Descrição do tipo de dívida e instrumentos financeiros considerados (debêntures, financiamentos, hedge, etc.);

5.2.10.3. Os modelos econômico-financeiros deverão assimilar todas as informações e variáveis necessárias para a tomada de decisão acerca do modelo a ser adotado para a prestação dos serviços.

- Projeção detalhada de cada item da receita da concessionária, considerando a estimativa de receita;
- Projeção detalhada de cada item de despesa anual da concessionária;
- Projeção detalhada da despesa com o custo de capital necessário para o financiamento do investimento;
- Estrutura tributária;
- Depreciação e amortização, com aferição das melhores combinações de cenários para investimento e reinvestimento,
- Parâmetros de viabilidade de projetos tradicionais (TIR, TIRM, VPL, payback, payback descontado e outros);
- Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;
- Avaliação e justificativa do prazo adotado para a concessão.
- Justificativa para taxa interna de retorno adotada;
- Demonstrações de resultado, projetadas para todo o período da concessão;
- Fluxo de caixa detalhado da concessionária;
- Plano de contas contábeis;
- Custos e despesas, incluindo as de caráter financeiro como serviço da dívida;
- Metodologia de depreciação dos ativos;

5.2.10.4. As avaliações econômico-financeiras preliminares e definitivas e demais elementos quantitativos relativos à estruturação do PROJETO deverão ser

disponibilizados em planilha aberta, com acesso irrestrito às informações empregadas na elaboração da referida planilha.

5.2.10.5. Elaboração do plano de negócios referencial consolidando o cenário-base do modelo econômico-financeiro

5.2.10.6. Estudos de Value for Money e benefícios para a administração:

- Análise dos resultados dos estudos de Value for Money – VfM do projeto, demonstrando do ponto de vista financeiro, a modalidade de contratação mais vantajosa para o ENTE PÚBLICO;
- Análise do benefício econômico e social do projeto e da forma de contratação, detalhando do ponto de vista qualitativo os ganhos esperados.

5.2.10.7. O resultado do serviço de modelagem econômica e financeira será composto por um Relatório de Avaliação Econômico Financeira que contenha o Estudo de Value for Money, o Plano de Negócios Referencial e Planilha aberta em formato .xlsx contendo as avaliações econômico-financeiras, modelos de receita e despesa.

5.2.11. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE AVALIAÇÃO DO PROJETO

5.2.11.1. O produto final a ser entregue nesta FASE consistirá de um relatório final consolidado da FASE, considerando ainda:

- O relatório final da fase deverá conter um resumo executivo das conclusões da FASE.
- O relatório final deverá conter o Plano de Trabalho e respectivo Cronograma avaliando serviços previstos e elaborados. Deve conter ainda compilação de Pautas, Atas, comunicações formais.
- O relatório final consolidado da fase apoiará a CONTRATANTE na tomada de decisão quanto à continuidade ou não do PROJETO.

5.3. FASE 2 – ESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO

5.3.1. Esta fase corresponde a Consultoria Técnica por parte da CONTRATADA à CONTRATANTE visando a consolidação das informações e análises na fase anterior com a elaboração da Minuta do Contrato de Concessão, minuta do Edital de Licitação, dentre outros instrumentos necessários à licitação abordando, dentre outros os seguintes aspectos:

5.3.2. INDICADORES DE DESEMPENHO E MECANISMOS DE PAGAMENTO

- 5.3.2.1. Os índices deverão ser graduados em níveis de qualidade, e mensurados separadamente, de modo a caracterizar da maneira mais fiel possível a qualidade da prestação dos serviços concessionados;
- 5.3.2.2. Deverá estar explícito para cada indicador seu objetivo, sua forma de medição, unidade de medida, periodicidade de cálculo/aferição, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação;
- 5.3.2.3. Os indicadores deverão produzir uma nota objetiva e com periodicidade regular;
- 5.3.2.4. Os indicadores de desempenho deverão ser estruturados de modo a formar um sistema
- 5.3.2.5. de indução de comportamento, alinhando o interesse econômico do futuro operador com o interesse público;
- 5.3.2.6. Cada indicador deverá ser elaborado de forma a permitir aferição independente dos demais.
- 5.3.2.7. Deverá haver indicadores específicos relativos ao atendimento das questões ambientais e social do concessionário.
- 5.3.2.8. Os indicadores de desempenho deverão estabelecer um padrão operacional de excelência para os serviços concessionados respeitando o princípio da eficiência administrativa.
- 5.3.2.9. Descrever os procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.
- 5.3.2.10. Deverão ser efetuados estudos das formas/mecanismos de pagamentos da remuneração da Concessionária de modo que a concessão permaneça sustentável correspondendo às receitas recebidas durante à execução do objeto do contrato podendo inclusive prever o aporte de recursos por parte do Parceiro Público.
- 5.3.2.11. Os mecanismos poderão vincular o pagamento da remuneração ao seu desempenho por meio dos indicadores de desempenho;
- 5.3.2.12. O produto final da etapa deverá ser um relatório de avaliação de indicadores de desempenho e mecanismos de pagamento, concluído após aval

análise e obtenção de aval por parte do poder concedente.

5.3.3. MECANISMOS DE GARANTIAS

5.3.3.1. Consiste na consolidação dos mecanismos de garantias que podem ser utilizados para o PROJETO por parte do Parceiro de modo a garantir o cumprimento das obrigações públicas.

5.3.3.2. O produto final da etapa deverá ser um relatório de avaliação de estrutura de garantias, concluído após aval análise e obtenção de aval por parte do poder concedente.

5.3.4. MODELAGEM JURÍDICA

5.3.4.1. Consiste na elaboração jurídica do modelo de concessão adotado, incluindo:

- Desenho e estruturação do modelo jurídico
- Análise jurídica das competências municipais para a concessão dos serviços;
- Levantamento do arcabouço regulatório do ponto de vista tributário, ambiental, urbanístico, entre outros;
- Mapeamento das opções que o ENTE PÚBLICO possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;
- Indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como contratos, convênios de cooperação, contrato de programa, etc.;
- Análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais do ENTE PÚBLICO que condicionam a publicação de editais de licitação;
- Elaboração de minutas de instrumentos licitatórios e demais documentos necessários a implementação do PROJETO, incluindo, quando necessário Minuta de leis, decretos, contratos, editais e seus anexos;
- Garantias a serem exigidas na licitação;
- Mecanismos que deverão estar contratualmente presentes para disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
- Previsão dos mecanismos que deverão estar contratualmente presentes para

disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;

- Organização das tarefas e decisões em documentos para a publicação da consulta pública;
- Identificação dos requisitos a serem observados pela concessionária, como a formação de uma Sociedade de Propósito Específico;
- Definição das garantias de proposta e de execução contratual a serem exigidas na licitação e no contrato de concessão;
- Indicação dos critérios de habilitação técnica, jurídica e financeira dos licitantes;
- Indicação dos critérios técnicos objetivos de julgamento das propostas; Definição dos índices de desempenho a serem considerados;
- Cláusulas de resolução de conflito, rescisão, indenização, penalidade, encampação e reversão dos bens;
- Regulação e fiscalização do contrato;
- Penalidades para o inadimplemento das obrigações;
- Estabelecimento de regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, bem como outros aspectos jurídicos relevantes;
- Elaboração de minutas de instrumentos licitatórios e demais documentos necessários à implementação do PROJETO e à contratação do Verificador Independente;
- Minuta do caderno de encargos
- Consolidação da matriz de riscos do PROJETO.

5.3.4.2. O produto final da modelagem jurídica será um Relatório contendo Minutas de Edital, Contrato e Anexos da Concessão, Minutas de Projetos de Lei e Atos Normativos, consolidando as conclusões dos estudos.

5.3.5. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

5.3.5.1. O produto desse serviço será a elaboração cláusulas que estabeleçam métodos eficientes e imparciais de resolução de conflitos, tais como

indenização, sanções e penalidades, reversão de bens, assunção de controle pelos financiadores, etc. nos casos de rescisão, encampação entre outros.

5.3.6. KIT DE CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE

5.3.6.1. O produto desse serviço será a elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultor Independente.

5.3.7. RELATÓRIO FINAL DA FASE DE ESTRUTURAÇÃO DO CONTRATO

5.3.7.1. O Relatório final consolidado da fase deverá ser acompanhado de manifestação conclusiva de que a documentação revisada reúne as condições necessárias e suficientes para realização das atividades previstas na VALIDAÇÃO EXTERNA para posterior publicação da licitação e elaboração das propostas de concessão por parte dos licitantes no certame.

5.3.7.2. O Relatório final deverá conter o Plano de Trabalho e respectivo Cronograma avaliando serviços previstos e elaborados na fase e avaliando medidas para o atendimento de prazos gerais do contrato. Deve conter ainda compilação de pautas, atas, comunicações formais.

5.3.7.3. Ao final da fase deverá ser entregue o relatório de monitoramento de stakeholders que reunirá todos os relatórios periódicos de monitoramento de stakeholders emitidos e avalia as ações de engajamento realizadas e necessárias.

5.3.7.4. É prevista ainda a realização de simpósio para capacitação referente à atividades desenvolvidas nessa fase. Em especial, a atividade deve incluir capacitação de representantes indicados pelo ENTE PÚBLICO nas questões ligadas as minutas e produtos produzidos na fase, considerações sobre comunicação social, forma de atuação do verificador independente, gestão do contrato de concessão e outros temas relevantes ao projeto. O simpósio deverá ainda capacitar repassar ainda a funcionários indicados pelo ENTE PÚBLICO para lidar com questões relevantes referentes atividades da fase subsequente.

5.3.7.5. O prazo para esta fase é de até 3 meses. Ao final da fase a CONTRATADA apoiará à CONTRATANTE na tomada de decisão quanto à viabilidade para continuidade ou não do PROJETO.

5.4. FASE 3 – VALIDAÇÃO EXTERNA

5.4.1. Esta fase corresponde a Consultoria Técnica ao ENTE PÚBLICO quando da realização de validação externa do projeto, fomentando a transparência e

estimulando a participação nos processos de consulta/audiência pública, por meio de ações que devem estar contempladas no plano de comunicação, bem como atender às interpelações dos órgãos de controle.

5.4.2. ASSESSORIA NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS REFERENTES À CONSULTA PÚBLICA

5.4.2.1. O serviço tem como objetivo conferir acesso público a todas as informações disponíveis e garantir o direito de manifestação de todos os interessados sobre o projeto, e compreende as seguintes atividades;

5.4.2.2. Após a realização da consulta e audiência pública deverão ser compiladas as contribuições recebidas e avaliado o encaminhamento de cada questão levantada;

5.4.2.3. Ao final de cada fase deverá ser entregue ainda um relatório de monitoramento de stakeholders que reunirá todos os relatórios periódicos de emitidos e avaliando as ações de engajamento realizadas e necessárias;

5.4.2.4. O produto final do serviço será a publicação de um relatório de assessoria à interlocução contendo pareceres e recomendações.

5.4.3. REVISÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE LICITAÇÃO

5.4.3.1. Este serviço deverá ser realizado com vistas a aprimorar os estudos e a documentação enviada para licitação. Deverá ocorrer após a etapa de consulta pública.

5.4.3.2. O produto final do serviço será a entrega da minutas do contrato, edital e anexos revisados, avaliando as alterações incorporadas;

5.4.3.3. O prazo para esta fase é de 3 meses, prorrogável por igual período ou pelo prazo necessário para atender a questões legais e reapresentações que se façam necessárias.

5.5. FASE 4 – LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO

5.5.1. Esta fase corresponde a Consultoria Técnica de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico-financeiro à Comissão responsável pela Licitação do ENTE PÚBLICO, e compreende as seguintes atividades:

5.5.1.1. Assessoramento técnico de engenharia, jurídico, socioambiental e econômico para a comissão de licitação.

5.5.1.2. Auxílio nas respostas aos questionamentos dos licitantes quanto aos

aspectos técnicos do PROJETO.

5.5.1.3. Pareceres quanto a habilitação e classificação das propostas.

5.5.1.4. Avaliação, compatibilização e revisão das informações referentes à fase.

5.5.1.5. O produto final a ser entregue nesta fase consistirá de um Relatório Final consolidado contendo manifestação técnica conclusiva de que a proposta vencedora do certame atende aos requisitos técnicos de engenharia, econômico-financeiro, socioambiental e jurídico definidos no Edital.

5.5.1.6. Em caso de insucesso na contratação deverá ser elaborado um relatório multidisciplinar avaliando as razões de insucesso, contendo ainda recomendações para revisão da documentação e ações necessárias para novo processo licitatório.

5.5.1.7. O produto final do serviço será a entrega de um relatório executivo contendo as atuações da CONTRATADA durante a etapa/O prazo para esta fase é de até 4 meses, ou enquanto durar o processo licitatório.

5.6. PMO/EGP - GERENCIAMENTO DO PROJETO

5.6.1. A CONTRATADA será responsável por realizar o gerenciamento intensivo das atividades do projeto, durante as fases 1, 2 e 3. Deverão ser utilizadas as melhores práticas existentes na disciplina, abrangendo as áreas de conhecimento aplicáveis ao projeto em questão, atuando na iniciação, planejamento, execução, monitoramento e controle e encerramento do projeto, devendo se reportar periodicamente (com periodicidade a ser definida em plano de gerenciamento de projetos/plano de trabalho). As seguintes ferramentas devem ser utilizadas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos:

- Estrutura Analítica do Projeto, em um nível de detalhamento necessário para que se identifique e controle o desenvolvimento de atividades intermediárias, e precedentes dos produtos relevantes;
- Cronograma;
- Desenho de um modelo de governança no nível do projeto que permita o envolvimento dos principais atores ao longo das fases do projeto;
- Gerenciamento e Coordenação de reuniões de trabalho regulares com identificação de pontos críticos, elaboração de planos de ação e acompanhamento de sua execução.

5.6.2. O produto do serviço, além da aplicação permanente das ferramentas durante as fases 1, 2 e 3 do projeto, será um relatório contendo plano detalhado do projeto, EAP e Cronograma.

6. Resultados e Produtos Esperados

6.1. Os resultados esperados do trabalho da Consultoria são um conjunto de relatórios, análises técnicas, preparação de material, participação e coordenação de reuniões que permitam que o PROJETO seja adequadamente conduzido por seu ciclo de avaliação, estruturação, e licitação. Em especial, os seguintes produtos devem ser gerados:

6.1.1. Produto 1: Plano de trabalho

6.1.2. Produto 2: Relatório Final da Fase 1 e Planilha do Modelo Econômico Financeiro

6.1.3. Produto 3: Relatório Final da Fase 2

6.1.4. Produto 4: Relatório Final da Fase 3

6.1.5. Produto 5: Relatório Final da Fase 4

6.2. Os produtos devem ser elaborados em língua portuguesa e devem estar organizados de forma objetiva, clara e ser os mais curtos e executivos possíveis, desde que contenham o resultado da realização das atividades apresentadas neste Termo de Referência.

7. Cronograma do Projeto e Pontos Principais

7.1. Os produtos devem ser entregues conforme o cronograma apresentado abaixo.

Produto 1: Plano do projeto, cronograma e EAP	x
Produto 2: relatório Final da Fase 1	x
Produto 3: relatório Final da fase 2	x
Produto 4: Relatório Final da fase 3	x
Produto 5: Relatório Final da Fase	x

7.2. Caso seja necessário os prazos referenciados podem ser dilatados em comum acordo entre as partes.

8. Requisitos dos Relatórios

O desenvolvimento dos estudos, a condução das atividades técnicas, bem como a elaboração dos respectivos PRODUTOS deverão seguir as diretrizes determinadas pelo CONTRATANTE, sendo realizados sob sua supervisão e acompanhamento.

9. Crerios de Aceitaão

9.1. Deverá ser observada a necessidade de entrega de documentação completa para fins licitatórios, isto é, de todos os elementos de informação indicados neste TdR.

9.2. Deverão ser obtidas informações relevantes para o estudo, tais como planos estratégicos e projetos em andamento e programados, dados socioeconômicos da região, mapeamento dos terrenos disponíveis no ENTE PÚBLICO/região, custos médios de mercado de terrenos, condições topográficas básicas dos terrenos e titularidade, quando couber.

9.3. As fontes das informações dos estudos, levantamentos e planos descritos neste Termo de Referência deverão estar claramente evidenciadas, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

10. Requisitos da equipe

10.1. Para realizar as atividades, gerar os produtos e participar das interações com a CONTRATANTE e com o ENTE PÚBLICO, a CONTRATADA deverá manter uma equipe qualificada, multidisciplinar e com os níveis de experiência adequado para a complexidade de cada uma das fases do PROJETO.

11. Calendário de Pagamentos

11.1. proporção do valor global da proposta, são indicados na tabela abaixo:

Calendário de Pagamentos	
Resultado	%
1. Produto 1: Plano do projeto, cronograma e EAP	x%

2. Produto 2: relatório Final da Fase 1	x%
3. Produto 3: relatório Final da fase 2	x%
4. Produto 4: Relatório Final da fase 3	x%
5. Produto 5: Relatório Final da Fase 4	x%
TOTAL	100%